

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	28
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	17.100
Preferenciais	0
Total	17.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	19.306	49.839
1.01	Ativo Circulante	19.306	49.839
1.01.02	Aplicações Financeiras	19.144	49.771
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	19.144	49.771
1.01.02.01.03	Aplicações de recursos de terceiros	19.144	49.771
1.01.06	Tributos a Recuperar	92	68
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	92	68
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	70	0
1.01.08.03	Outros	70	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	19.306	49.839
2.01	Passivo Circulante	19.304	49.837
2.01.02	Fornecedores	2.354	2.508
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.354	2.508
2.01.03	Obrigações Fiscais	11	16
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11	16
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	11	16
2.01.05	Outras Obrigações	16.939	47.313
2.01.05.02	Outros	16.939	47.313
2.01.05.02.05	Obrigações por repasses de recursos de terceiros	16.939	47.313
2.03	Patrimônio Líquido	2	2
2.03.01	Capital Social Realizado	17	17
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-15	-15

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	324	209
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-105	-120
3.03	Resultado Bruto	219	89
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-219	-89
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-220	-85
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-196	-70
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-24	-15
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-4
3.06.01	Receitas Financeiras	114	64
3.06.02	Despesas Financeiras	-114	-64
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	1	1
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1	-1

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30.374	5.625
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	30.374	5.625
6.01.02.01	Aplicações com Recursos de Terceiros	30.627	4.900
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-24	-48
6.01.02.03	Fornecedores	-154	842
6.01.02.04	Obrigações Fiscais	-5	-5
6.01.02.05	Outros Ativos	-70	-64
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-30.374	-5.625
6.03.02	Obrigações por Repasses a Terceiros	-30.374	-5.625
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	2
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	2

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17	0	0	-15	0	2
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17	0	0	-15	0	2
5.07	Saldos Finais	17	0	0	-15	0	2

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10	0	0	-15	0	-5
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10	0	0	-15	0	-5
5.07	Saldos Finais	10	0	0	-15	0	-5

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	324	209
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	324	209
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-300	-194
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-105	-120
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-195	-74
7.03	Valor Adicionado Bruto	24	15
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	24	15
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	114	64
7.06.02	Receitas Financeiras	114	64
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	138	79
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	138	79
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	138	79
7.08.02.01	Federais	138	79

Comentário do Desempenho

CONSIGNADOS I
SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF 29.894.663/0001-89

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO
PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021

Comentário do Desempenho

Cenário Atual

A **CONSIGNADOS I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS** é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo – SP.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) emissão e colocação privada, junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliários compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de crédito supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos da sua carteira de créditos.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício de 2019, contratou a KPMG Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Companhia.

A Companhia informa que monitora a propagação do COVID-19 e que até o momento não foi impactada sendo que possui infraestrutura tecnológica necessária para manter as suas atividades de maneira remota.

Comentário do Desempenho (valores em milhares de reais)

Apresentamos para apreciação de V.Sas, as informações trimestrais de 31 de março de 2021 com os dados comparativos de exercício social anterior bem como Nota Explicativa Complementar Número 22 com Informações Complementares à Emissão das Debêntures e seus Ativos Vinculados, tendo em vista que a Companhia emitiu debêntures, sem qualquer forma de coobrigação e os riscos e benefícios da integralidade dos fluxos de caixa produzidos pelos recebíveis de crédito são transferidos aos investidores. Ficamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 14 de maio de 2021

A Administração

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021*

Notas explicativas da Administração às informações financeiras trimestrais

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações gerais e contexto operacional

A Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”), foi constituída em 19 de janeiro de 2018 e alterou a razão social em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2019, e é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. Suas acionistas são True One Participações S.A. e Cadência Participações Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) emissão e colocação privada, junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliários compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de crédito supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos da sua carteira de créditos.

A Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros tem como objetivo a emissão de instrumento de dívida (debentures) no mercado primário. Essa emissão foi estruturada com lastro em créditos consignados de aposentados públicos do INSS.

Em 18 de outubro de 2019, em AGE os acionistas deliberaram pela aprovação da realização da Emissão e da Oferta Restrita de debêntures, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, com valor total de R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em 3 (três) séries, em montantes já delimitados, com garantia real da totalidade dos direitos creditórios e quaisquer outros valores a que a Companhia faça jus, nos termos da escritura.

Em face da securitização em regime fiduciário, na essência e na forma, sem quaisquer retenções de riscos e benefícios sobre os recebíveis de crédito objeto de garantia real constituídas em favor das debêntures emitidas, a Companhia tendo retido somente os direitos contratuais sobre o recebimento do ativo original, concomitantemente à obrigação assumida do pagamento dos respectivos fluxos de caixa aos debenturistas, procedeu com o desreconhecimento do ativo financeiro vinculado ao passivo da emissão, oferecendo informações complementares às informações financeiras trimestrais na nota nº 21.

Em decorrência da estruturação da operação, a Companhia não auferirá lucro decorrente de suas atividades.

2 Bases de preparação das informações trimestrais

2.1 Declaração de conformidade

Notas Explicativas

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021

As informações contábeis trimestrais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis trimestrais foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 14 de maio de 2021.

2.2 Bases de apresentação**2.2.1 Bases de mensuração**

As informações contábeis trimestrais foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis intermediárias, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As informações contábeis trimestrais são apresentadas em reais. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3 Uso de estimativas

A preparação das informações contábeis trimestrais está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações contábeis trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3 Principais práticas contábeis**3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação, principalmente em aplicações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário (CDBs). As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

Notas Explicativas

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021

3.2 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas informações contábeis intermediárias, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As informações contábeis trimestrais da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, mas divulgadas em notas explicativas.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado, composto, basicamente, de aplicações financeiras de liquidez e rentabilidade diárias, portanto, encontram-se pelo seu valor justo na data do balanço.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e (ii) ao custo amortizado. A Companhia

Notas Explicativas

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021

baixa um ativo financeiro quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

De acordo com CPC48 e em conformidade com o IRFS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.

Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros desreconhecidos

A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no item 3.2.5 do CPC 48, que são:

- a. Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados.
- b. Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
- c. Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores.

3.4.2 Passivo Financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;

Notas Explicativas

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021

- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15;
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida;

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

3.5 Reconhecimento de receitas

As receitas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência.

3.6 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

3.8 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Notas Explicativas

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.9 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Nas informações contábeis trimestrais de 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa registrado na demonstração dos fluxos de caixa, representa as operações citadas na nota explicativa nº 3.1 Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não há saldos de caixa e equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras de recursos de terceiros

A Companhia possui recursos de terceiros provenientes de fluxos de caixa recebidos em operações de securitização, os quais são utilizados conforme a Ordem de Aplicação de Recursos conforme previsto na cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os recursos excedentes estavam assim aplicados:

	31/03/2021	31/12/2020
Títulos e valores Mobiliários	19.144	49.771
CDB – Certificados de Depósito Bancário	4.978	4.898
Fundo Soberano FICFI (i)	14.166	44.873
Total	19.144	49.771

- (i) Fundo Itau Soberano RF Simples LP FICFI, é um fundo classificado como fundo de renda fixa simples administrado pelo Banco Itau Unibanco S.A., no qual a Companhia detém 189.112,08840 quotas, com disponibilidade imediata de resgate. A variação no saldo da conta decorre do fluxo natural de recebimento dos créditos adquiridos, do fluxo de vencimentos das debêntures a eles associada, e por novas aquisições, conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures, com isso as principais variações registradas nesta conta se referem à pagamentos de despesas correntes das debêntures e também para a retenção de créditos recebidos. O reflexo dessas movimentações impactam as obrigações por repasses de recursos de terceiros mencionados na nota explicativa nº 7.

6 Tributos a compensar

A Companhia incorreu em retenção de tributos federais quando do resgate de aplicações financeiras, sendo estes passíveis de compensação com outros impostos federais, no montante de R\$ 92 (R\$ 68, em 31/12/2020).

7 Obrigações por repasses de recursos de terceiros

Uma vez cumprida a destinação dos recursos provenientes da emissão, os fluxos de caixa provenientes do recebimento dos recebíveis de crédito a ela vinculados, seguem a Ordem de Aplicação de Recursos na forma da cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 31 de março de 2021,

Notas Explicativas

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021

as obrigações por repasses de recursos de terceiros totalizavam R\$ 16.939 (R\$ 47.313, em 31/12/2020).

8 Fornecedores

Refere-se a provisões constituídas para pagamento de serviços com gestão de recebíveis R\$ 2.194 (R\$ 2.407, em 31/12/2020) e outros serviços como auditoria, contabilidade, agente de conciliação e administração para fluxo de debêntures no total de R\$ 160 (R\$101),

9 Obrigações fiscais

Refere-se a valores de impostos retidos a recolher, no montante de R\$ 3 (R\$ 4, em 31/12/2020), e contribuições ao PIS e à COFINS próprios a pagar, calculados sobre a receita de securitização, no montante de R\$ 8 (R\$ 12, em 31/12/2020).

10 Obrigações com partes relacionadas

A Administração considera como partes relacionadas quaisquer pessoas jurídicas vinculadas aos sócios e ao pessoal chave da administração, além destes na pessoa física.

11 Remuneração dos administradores

Não houve remuneração a administradores no curso dos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020.

12 Patrimônio líquido**12.1 Capital social**

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de março de 2021 é de R\$ 17 (R\$ 17, em 31/12/2020), dividido em 17.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

12.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não houve destinação de dividendos nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020.

13 Imposto de renda e contribuição social – Créditos Tributários

A Companhia possui créditos tributários de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social no montante de R\$ 4 (R\$ 4, em 31/12/2020), não reconhecidos em seus ativos em 31 de março de 2021.

14 Resultado operacional líquido de securitização

As receitas são formadas pelo montante de recursos oriundos da operação de securitização, necessários à cobertura dos custos operacionais da Companhia, no montante de R\$ 324 (R\$ 209, em 31/03/2020).

Os custos diretamente ligados à operação de securitização, são assim demonstrados:

Notas Explicativas*Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021*

	De 01/01/2021 a 31/03/2021	De 01/01/2020 a 31/03/2020
Agente fiduciário	(32)	(27)
Taxas CVM e de registro	(5)	(5)
Custo de registro CETIP	(67)	(30)
Serviços de terceiros	(1)	(58)
Total	(105)	(120)

15 Despesas administrativas

	De 01/01/2021 a 31/03/2021	De 01/01/2020 a 31/03/2020
Publicações legais	(18)	-
Serviços de consultoria	(153)	(34)
Auditoria externa	(23)	(21)
Outras despesas administrativas	(2)	(15)
Total	(196)	(70)

16 Despesas tributárias

Referem-se às contribuições para o PIS e a COFINS, no montante de R\$ 22 (R\$ 15, em 2020) e outros impostos e contribuições no montante de R\$ 2 (R\$ 0, em 2020).

17 Resultado financeiro

Constituído pelas receitas financeiras de juros e atualização monetária decorrente da aplicação financeira dos recursos descritos na nota 5, no montante de R\$ 114 (R\$ 64, em 2020), deduzidos dos custos de IOF pelo resgate destas operações, não compensáveis, no montante de R\$ 30 (R\$ 30, em 2020), totalizando uma receita financeira de R\$ 84 (R\$ 34, em 2020). A despesa financeira no montante R\$ 84 (R\$ 30, em 2020) é composta pela atualização do passivo financeiro de “obrigações por repasses de recursos de terceiros”, descrito na nota 7.

18 Resultado por ação

	31/03/2021	31/12/2020
Resultado do período atribuível aos acionistas	-	-
Quantidade ações ordinárias	17.100	10.000
Resultado por ação - em reais	-	-

19 Instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro 2020, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021*

Crítérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado***Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras***

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras automáticas em conta corrente que são títulos de renda fixa administrados por banco de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e resgate imediato e automático é garantido na taxa pactuada na aplicação, e os saldos refletem o seu valor justo na data da avaliação.

20 Gerenciamento de riscos**Visão geral**

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro.

As debêntures emitidas, em regime fiduciário, com garantia real dos recebíveis de crédito e com integral transferência de riscos e benefícios, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizem a aquisição de recebíveis de créditos financeiros (notas explicativa nº 5 e nº 8). As condições estabelecidas para resgate dos títulos são definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes são vinculadas, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. A captação de debêntures não se concretizará se não existirem oportunidades de aquisição de recebíveis em condições adequadas à garantia dos recursos captados.

Hierarquia de valor justo

Existem 3 diferentes níveis hierárquicos, conforme segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros como nível 2.

Notas Explicativas*Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021*

Natureza	Classificação	Hirarquia	31/03/2021		31/12/2020		
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo							
Aplicações de recursos de terceiros	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 1	19.144	19.144	49.771	49.771	
			<u>19.144</u>	<u>19.144</u>	<u>49.771</u>	<u>49.771</u>	
Passivo							
Obrigações por repasses de recursos de terceiros	Passivos financeiros mensurados ao valor justo	Nível 1	16.939	16.939	47.313	47.313	
Fornecedores e obrigações fiscais	Custo amortizado	Nível 2	2.365	2.365	2.524	2.524	
			<u>19.304</u>	<u>19.304</u>	<u>49.837</u>	<u>49.837</u>	

Estrutura do gerenciamento do risco

A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação risco de crédito; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio.

Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

- a. **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado pela compatibilidade entre as debêntures emitidas e os recebíveis de crédito que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.
- b. **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em

Notas Explicativas

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021

tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições com adequada classificação de risco.

- c. **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez.
- d. **Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite alocar os resultados, positivos ou negativos, nas debêntures da Terceira Série, por sua característica participativa nos resultados.
- e. **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento das carteiras de recebíveis adquiridas e debêntures a eles vinculadas, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações.

Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Análise de sensibilidade

Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações contábeis.

Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelas debêntures emitidas e pelos contratos de recebíveis adquiridos para a formação do lastro vinculado, estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem vinculados entre si, sem o envolvimento do patrimônio comum da securitizadora, tal como mencionado nas notas explicativas nº 5 e nº 8.

Por sua vez, no que se refere às aplicações no Fundo Soberano, no qual está aplicada a liquidez da Companhia, a análise de sensibilidade considera muito baixo o nível de risco associado ao desempenho do fundo decorrente de eventuais alterações nos cenários econômicos.

Notas Explicativas

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021

21 Informações complementares à emissão de debêntures e seus ativos vinculados

As informações contidas nessa nota explicativa foram preparadas de forma voluntária pela administração, objetivando apenas fornecer dados do patrimônio em separado sob gestão da securitizadora, a sua divulgação não é requerida pela legislação vigente. Todos os saldos apresentados nessa nota não foram submetidos aos procedimentos de revisão do auditor independente, que portanto, não opina sobre esses dados.

Conforme descrito na nota 1, a Companhia emitiu debêntures em regime fiduciário, transferindo aos investidores, sem qualquer forma de coobrigação, os riscos e benefícios da integralidade dos fluxos de caixa produzidos pelos recebíveis de crédito adquiridos para este fim, os quais constituem a garantia real da emissão.

À luz das normas a respeito de instrumentos financeiros, introduzidas pelo CPC 48, a operação atende às 3 (três) condições para o desreconhecimento dos ativos e dos passivos financeiros vinculados à emissão, conforme critério descrito na nota 3.4.1:

- (i) A Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados, conforme definido na escritura de debêntures (cláusula 5.6.3 – pagamento condicionado)
- (ii) Pelos termos da escritura das debêntures, é vedada à Companhia a venda do ativo original que se encontra em garantia real da emissão, ou sua oferta em garantia de qualquer operação, (cláusula 5.15), exceto aos próprios debenturistas pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
- (iii) A Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma aplicação financeira determinada previamente na escritura de debêntures (cláusula 4.5.3), desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos debenturistas, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade (cláusula 4.5.3.3). Os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos debenturistas.

A despeito do desreconhecimento dos ativos e passivos financeiros vinculados à referida emissão de debêntures, e dos resultados a estes associados, a Companhia optou por manter registros contábeis independentes das suas demonstrações financeiras, de modo a permitir ao debenturista acompanhar a evolução dos seus direitos e obrigações assumidos à luz da escritura de emissão de debêntures, os quais apresentam-se da seguinte forma:

21.1 Ativos e Passivos fiduciários

	31/03/2021	31/12/2020
Ativo fiduciário	866.383	977.018
Aplicações financeiras	16.939	47.313
Recebíveis de crédito adquiridos	848.348	928.712
Recebíveis de crédito	851.829	930.740

Notas Explicativas*Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021*

(-) Provisão para devedores duvidosos	(3.481)	(2.028)
Outros ativos	<u>1.096</u>	<u>993</u>
Total do ativo	<u>866.383</u>	<u>977.018</u>
	31/03/2021	31/12/2020
Passivo fiduciário	<u>866.383</u>	<u>977.018</u>
Obrigações por debêntures emitidas	<u>864.714</u>	<u>974.095</u>
Obrigações por emissão de debêntures	875.215	986.162
(-) Custos da transação	<u>(10.501)</u>	<u>(12.067)</u>
Outras Obrigações	<u>1.669</u>	<u>2.923</u>
Valores recebidos antecipadamente	<u>1.669</u>	<u>2.923</u>
Total do passivo vinculado	<u>866.383</u>	<u>977.018</u>

21.2 Receitas e custos fiduciários

	De 01/01/2021 a 31/03/2021	De 01/01/2020 a 31/03/2020
Receitas dos créditos adquiridos	<u>27.158</u>	<u>9.541</u>
Receita de créditos vinculados adquiridos	27.044	9.541
Receita de aplicações financeiras	<u>114</u>	<u>-</u>
Custos de captação de recursos	<u>(23.597)</u>	<u>(9.362)</u>
Debêntures emitidas	<u>(23.597)</u>	<u>(9.362)</u>
Resultado financeiro líquido da atividade	<u>3.561</u>	<u>30</u>
(-) Provisão para devedores duvidosos	(3.200)	-
Resultado da atividade	<u>361</u>	<u>209</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Custos da operação repassados ao emissor	<u>(361)</u>	<u>(209)</u>
Total de (despesas) receitas operacionais	<u>(361)</u>	<u>(209)</u>
Resultado fiduciário	<u>-</u>	<u>-</u>

21.3 Caixa e equivalentes de caixa

Uma vez cumprida a destinação dos recursos provenientes da emissão, os fluxos de caixa provenientes do recebimento dos recebíveis de crédito a ela vinculados, seguem a Ordem de Aplicação de Recursos na forma da cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 31 de março de 2021, os recursos excedentes estavam assim aplicados:

Notas Explicativas

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021

	31/03/2021	31/12/2020
Títulos e valores Mobiliários	16.939	47.313
CDB – Certificados de Depósito Bancário	4.976	4.896
Fundo Soberano FICFI (i)	11.963	42.417
Total	<u>16.939</u>	<u>9.814</u>

- (i) Fundo Itau Soberano RF Simples LP FICFI, é um fundo classificado como fundo de renda fixa simples administrado pelo Banco Itau Unibanco S.A., no qual a Companhia detém quotas, com disponibilidade imediata de resgate, utilizado para aplicação de recursos excedentes que serão utilizados para novas aquisições de recebíveis.

21.4 Recebíveis de crédito adquiridos

Estão representados por recebíveis de crédito, sob a forma de empréstimos pessoais concedidos a indivíduos titulares de benefício de aposentadoria ou pensão do Regime Geral de Previdência Social, com amortização mensal mediante desconto direto nos benefícios aos quais os beneficiários tem direito (também denominados como crédito consignado).

Os referidos créditos são adquiridos diretamente de instituição financeira originadora, sem coobrigação e sem direito de regresso, e em regime de vinculação fiduciária às debêntures emitidas no mesmo período, e formam a garantia real da emissão.

As provisões constituídas, no montante de R\$ 3.481, refletem integralmente o saldo devedor de contratos que estão com parcelas vencidas há mais de 180 dias, e são consideradas adequadas às operações vencidas na carteira de recebíveis, e refletem as perdas esperadas nas operações.

21.5 Outros ativos

Referem-se a valores de ressarcimentos de custos de originação a serem recebidos no mês subsequente, por conta de antecipação na liquidação de contratos, no montante de R\$ 1.096 (em 31/12/2020, R\$ 993).

21.6 Obrigações por debêntures emitidas

Em 18 de outubro de 2019, em AGE - Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram pela aprovação da realização da Emissão e da Oferta Restrita de debêntures, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, com valor total de R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em 3 (três) séries, em montantes já delimitados, com garantia real da totalidade dos direitos creditórios e quaisquer outros valores a que a Companhia faça jus, nos termos da escritura.

As emissões, ao valor unitário de R\$ 1 (hum mil reais), ocorre à medida em que ficam disponíveis para cessão os direitos creditórios descritos na nota nº 5, os quais ficam fiduciariamente vinculados às debêntures, com os seguintes vencimentos:

	Quantidade Total	Vencimento	Remuneração	Valor Integralizado	Valor em 31/03/2021
Debêntures Primeira Série	1.260.000	15/06/2026	CDI + 2%	156.044	728.335
Debêntures Segunda Série	238.800	15/08/2030	CDI + 10%	28.524	114.515
Debêntures Terceira Série	<u>1.200</u>	<u>15/08/2030</u>	Participativa	<u>1.200</u>	<u>32.365</u>
Total	<u>1.500.000</u>			<u>185.768</u>	<u>875.215</u>

Notas Explicativas*Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021*

	Quantidade Total	Vencimento	Remuneração	Valor Integralizado	Valor em 31/12/2020
Debêntures Primeira Série	1.260.000	15/06/2026	CDI + 2%	156.044	779.451
Debêntures Segunda Série	238.800	15/08/2030	CDI + 10%	28.524	183.402
Debêntures Terceira Série	<u>1.200</u>	<u>15/08/2030</u>	Participativa	<u>1.200</u>	<u>23.309</u>
Total	<u>1.500.000</u>			<u>185.768</u>	<u>986.162</u>

Os pagamentos de remuneração, amortização e resgate das debêntures, conforme aplicáveis, são mensais no dia 15 de cada mês calendário e iniciam-se 8 (oito) meses contados da Data de Emissão (carência).

Além dos valores das obrigações assumidas pela emissão das debêntures, a rubrica registra os custos incorridos na estruturação e emissão das debêntures necessárias à atividade social principal da Companhia, os quais são apropriados no prazo de emissão, que representam o montante de R\$ 10.501 (Em 31/12/2020, R\$ 12.067) na data do balanço.

Desta forma, o saldo de obrigações por emissão de debêntures está assim demonstrado em 31 de dezembro de 2020:

	31/03/2021	31/12/2020
Debêntures emitidas	875.215	986.162
Custos de transação	<u>(10.501)</u>	<u>(12.067)</u>
Total	<u>864.714</u>	<u>974.095</u>

21.7 Receita de créditos vinculados adquiridos

As receitas são formadas pelo montante de juros apropriados pro-rata sobre cada um dos contratos que compõe a carteira de recebíveis no período, tomando-se por base o método de juros efetivos, que corresponde à taxa de retorno (fluxo descontado) obtida no momento de cada aquisição, deduzidos dos custos vinculados à arrecadação dos recebíveis, os quais são suportados pelos fluxos de caixa decorrentes do recebimento dos créditos..

A liquidação antecipada de contratos produz redução nas receitas, por serem descontados à taxa contratual, vis a vis a taxa da cessão, sendo a diferença deduzida das receitas a cada operação de antecipação.

Do mesmo modo, quando a liquidação antecipada decorre de portabilidade do crédito, a Companhia reconhece no resultado por regime de competência os valores dos ressarcimentos dos custos operacionais, em contrapartida ao ativo.

	De 01/01/2020 a 31/03/2021	De 01/01/2020 a 31/03/2020
Receitas de juros apropriados no período	31.899	12.689
Receita de multa por refinanciamento de contratos	849	-
Ressarcimento de custos de origemação	1.096	466
Resultado da liquidação antecipação de contratos	-	(1.030)

Notas Explicativas*Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Informações financeiras trimestrais para o trimestre findo
31 de março de 2021*

Gestão de recebíveis - terceiros	<u>(6.800)</u>	<u>(2.584)</u>
Total	<u>27.044</u>	<u>9.541</u>

21.8 Custos de captação de recursos

Decorrem do reconhecimento das taxas de remuneração, juros e correção monetária, sobre a primeira e segunda séries de debêntures, e da apropriação da remuneração participativa da terceira série, conforme descritos na nota 8, acrescidos dos custos de transação que são apropriados no prazo de fluência das emissões.

	De 01/01/2020 a 31/12/2020	De 01/01/2020 a 31/03/2020
Despesas com juros e apropriação participativa	(22.008)	(9.223)
Custos de transação	<u>(1.589)</u>	<u>(348)</u>
Total	<u>(23.597)</u>	<u>(9.571)</u>

21.9 Despesas administrativas

Referem-se aos custos da estrutura de securitização repassados à emissora no período.

22 Efeitos da pandemia COVID-19

Apesar dos efeitos do COVID-19 estarem sendo apurados e ainda serem incertos, a Companhia informa que possui infraestrutura financeira e tecnológica para realizar suas atividades, antecipou em contingência o trabalho remoto dos colaboradores envolvidos no controle das atividades de forma a não interromper a continuidade dos negócios, e está monitorando as ações de contenção da propagação do vírus e tomando todas as medidas necessárias.

Nesse contexto, a Companhia ressalta que, até o momento, não ocorreram impactos relevantes ou materiais em seus negócios, relacionados ao COVID-19 ou a qualquer outro evento subsequente, que justificassem a alteração das informações contábeis trimestrais.

23 Eventos subsequentes

A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas informações contábeis trimestrais apresentadas em 31 de março de 2021.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Administradores da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiro

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo daquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de Março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Eduardo Tomazelli Remedi

Contador CRC 1SP259915/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Fernando Cesar Brasileiro, brasileiro, administrador de empresas, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.025.342/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.354.358-70, na qualidade de diretor presidente da CONSIGNADOS I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.894.663/0001-89 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as informações trimestrais de 31 de março de 2021.

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485-X /SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor de Relação com Investidores da CONSIGNADOS I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.894.663/0001-89 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as informações trimestrais de 31 de março de 2021.

São Paulo, 14 de maio de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, Fernando Cesar Brasileiro, brasileiro, administrador de empresas, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.025.342/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.354.358-70, na qualidade de diretor presidente da CONSIGNADOS I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.894.663/0001-89 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório de revisão especial emitidos pela KPMG Auditores Independentes referente as informações trimestrais de 31 de março de 2021.

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485-X /SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor de Relação com Investidores da CONSIGNADOS I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.894.663/0001-89 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório de revisão especial emitidos pela KPMG Auditores Independentes referente as informações trimestrais de 31 de março de 2021.

São Paulo, 14 de maio de 2021.